

VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: ESTADO DA ARTE

Caroline Mayara Sampaio Vieira¹
Luiz Marcelo de Carvalho²
Danielle Aparecida Reis Leite³

Introdução

Diante de um possível colapso ambiental e na tentativa de construção de políticas que possam, na melhor das hipóteses, minimizar ou mitigar os efeitos catastróficos das alterações que vimos provocando na dinâmica natural, muitas alternativas têm sido propostas. Dentre essas alternativas, políticas de Conservação da Natureza, em conjunto com práticas de Educação Ambiental (EA), parecem se revelar como uma alternativa para repensar modelos de relação entre ser humano e natureza.

A história da Conservação da Natureza no Brasil tem seu início ainda no período colonial, marcada por uma visão utilitarista da natureza, que ligava a crítica ambiental e a conservação de elementos naturais à garantia do desenvolvimento agrícola e econômico do país (Pádua, 2004; Franco; Schittini; Braz, 2015). Nesse contexto, surgem críticos da destruição da natureza brasileira, entre eles José Bonifácio, Muniz de Souza, entre diversos outros críticos ao longo dos anos de desenvolvimento do país.

No século XX, com a criação de parques nacionais e instituições como a Fundação Brasileira para Conservação da Biodiversidade (FBCN), o país incrementou práticas de proteção, articulando Conservação da Natureza à educação, dando início ao que ficou conhecido como uma “Educação Conservacionista” ou “Educação para a Conservação da Natureza” (Franco; Drummond, 2009). A partir das décadas de 1980 e 1990, o socioambientalismo avança e, assim, a conservação passou a integrar questões sociais, aproximando-se, inclusive, de comunidades tradicionais e reconhecendo a importância da EA na formação de sujeitos críticos (Franco; Drummond, 2009). Essa trajetória consolidou o diálogo entre conservação e educação para garantir que a questão ambiental pudesse ser reconhecida e compreendida pelas sociedades contemporâneas.

A partir desta contextualização, temos direcionado nossa investigação para a relação entre Educação Ambiental e Educação para a Conservação da Natureza (ECN) em relatos de pesquisa oriundos de programas de pós-

¹Mestranda em Educação em Ciências. Universidade Federal de Itajubá. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2847-2507>. E-mail: caroline.sampaio@educacao.mg.gov.br.

²Doutor em Educação. Universidade Estadual Paulista/Universidade Federal de Itajubá. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6109-6830>. E-mail: lm.carvalho@unesp.br.

³Doutora em Educação. Universidade Federal de Itajubá. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6314-0364>. E-mail: danielle.reis@unifei.edu.br.

VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

graduação. Assim, este trabalho é derivado da pesquisa de mestrado em andamento da primeira autora, cujo objetivo é identificar e analisar teses e dissertações (T&D), catalogadas e classificadas na Plataforma Fracalanza do Projeto EArte, cujo problema de pesquisa é a relação entre Educação Ambiental e Educação para a Conservação da Natureza.

Metodologia

Para alcançarmos o objetivo desta pesquisa, o trabalho tem sido desenvolvido a partir dos pressupostos das pesquisas de estado da arte. Segundo Ferreira (2002), as pesquisas de estado da arte se caracterizam como uma tentativa de mapear e discutir a produção acadêmica em determinado campo do conhecimento. Nesse contexto, justificamos a escolha por essa modalidade de pesquisa porque ela pode revelar diferentes vertentes colocadas em circulação sobre a Educação para a Conservação da Natureza presente nesses trabalhos, revelando nuances, mudanças e apropriações ao longo da história. Assim, utilizamos como fonte para construção dos dados, a Plataforma Fracalanza do Projeto EArte (<https://www.earte.net/>). O Projeto EArte, do qual essa pesquisa faz parte, vem realizando esforços no desenvolvimento do que pode ser entendido como um Programa Interinstitucional de Investigação na linha do estado da arte da pesquisa em Educação Ambiental no Brasil (Carvalho; Megid Neto, 2024), disponibilizando um banco de T&D em EA concluídas, desde 1981, em nosso país.

Assim, para construção do *corpus* documental seguimos alguns procedimentos específicos. Primeiramente, utilizamos o seguinte termo de busca: “Conservação” e obtivemos um grande número de T&D – 923 – nos quais esse termo está presente em qualquer dos campos que compõem a ficha dos trabalhos, a saber: título, autor e orientador, instituição onde o trabalho foi desenvolvido, resumo e palavras-chave. Pela importância que a Conservação da Natureza tem para o ambientalismo, não era surpresa o alto número de trabalhos, que fazem referência ao termo “Conservação”, inseridos na Plataforma Fracalanza.

Segundo Diegues (2008, p. 169) houve a “necessidade urgente das universidades e institutos de pesquisas dos países tropicais em desenvolver modelos de conservação que, além de eficazes, sejam democráticos, participativos, levando em conta os interesses das comunidades locais”. Diante disso, optamos pela inclusão de trabalhos que: Problematizam a relação entre EA e processos de conservação de espécies animais e vegetais envolvendo as comunidades que, de alguma forma, estabelecem no seu cotidiano relações com essas espécies. Em vista da escolha desse critério para a definição do *corpus* documental, reunimos um conjunto de 30 trabalhos. Para tratamento dos dados, organizamos as publicações em uma planilha Excel a fim de organizar tabelas e gráficos para sistematizar os dados relativos ao mapeamento dessas publicações.

Fundamentação teórica

A Conservação da Natureza no Brasil tem origem ainda no período colonial, em que foi influenciada por correntes internacionais e por demandas

VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

internas. Na Europa e nos Estados Unidos, a Conservação da Natureza surgiu entre os séculos XVII e XIX, inicialmente ligada ao romantismo e à valorização estética da natureza (Franco, Schittini e Braz, 2015). As preocupações com o mundo natural originaram duas correntes: a preservacionista, que defende a natureza intocada, e a conservacionista, que aceita seu uso racional (McCormick, 1992). A corrente conservacionista exerceu forte influência no Brasil, mas aqui ganhou contornos próprios, cuja preocupação de intelectuais com a Conservação da Natureza se deu “não por manifestarem um especial interesse pelo valor estético ou intrínseco da natureza, mas sim pelo seu valor político e instrumental para o progresso” (Franco; Schittini; Braz, 2015, p. 239).

Assim, frente ao avanço de práticas que destruíram a natureza brasileira em prol de desenvolvimento, alguns nomes se destacaram a favor da Conservação da Natureza. Entre esses nomes, José Bonifácio (1756 – 1835) se destacou ao relacionar a destruição ambiental a problemas sociais, criticando a monocultura, o latifúndio e o escravismo (Pádua, 2004). Seu discurso foi ainda além da economia: Bonifácio valorizava a proteção da biodiversidade e denunciava a caça predatória de baleias, ainda que seus discursos mantivessem um viés antropocêntrico (Pádua, 2004).

No início da República e nas primeiras décadas do século XX, intelectuais, como Alberto Torres (1865 – 1917), defenderam uma visão “essencialmente política” da Conservação da Natureza (Pádua, 1997, p. 17). Segundo Franco, Schittini e Braz (2015), ainda no início do século XX, o país adotou medidas como a criação do primeiro parque nacional de conservação, em 1937: o Parque Nacional do Itatiaia. No mesmo contexto, a partir da década de 1940, Augusto Ruschi (1915 – 1986) se destacou ao propor sua visão de Conservação da Natureza. Conhecido como Patrono da Ecologia, Ruschi defendia que a educação era fundamental para uma sensibilização com a natureza, não apenas no ensino formal, mas para todos os brasileiros (Ruschi, 1949; Maia; Franco, 2021).

Nesse contexto, a Conservação da Natureza começa a se articular mais fortemente com a educação, expandindo-se para projetos de formação e sensibilização pública. Instituições como a FBCN, fundada em 1958, impulsionaram projetos de proteção da fauna e flora (Franco; Drummond, 2009). Décadas posteriores, especialmente entre os anos 1960 e 1980, a FBCN e outras instituições promoveram encontros e projetos que integraram conservação e educação (Maia; Franco, 2021). É importante salientar que logo após o *Simpósio sobre Conservação da Natureza e Restauração do Ambiente Natural*, organizado pela Academia Brasileira de Ciências junto à FBCN, ocorrido em 1968 no Rio de Janeiro (Franco; Drummond, 2009), houve o estabelecimento de uma Educação Conservacionista ou Educação para a Conservação da Natureza. Assim, começam a veicular em textos da época, o papel fundamental de comunidades tradicionais para a Conservação da Natureza, sendo imprescindível uma educação voltada para isso (Guerra, 1969).

Com as discussões postas pela Conservação da Natureza e, em seguida, pelo surgimento e fortalecimento da Educação Ambiental no Brasil a partir das décadas de 1970, é reforçado o papel da educação relacionada com práticas e políticas para a conservação. O socioambientalismo aproximou conservação e

VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

movimentos sociais, destacando a importância de formar sujeitos críticos. O diálogo entre EA e ECN, antes restrito a elites e instituições, passou a se expandir como responsabilidade coletiva, sendo incorporado, sobretudo, em políticas públicas, como a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que enfatiza a conservação do meio ambiente (Brasil, 1999). Assim, com o fortalecimento da EA como um campo plural e bem fundamentado (Lima, 2009), aos poucos, as produções acadêmicas passaram a explorar esses dois campos em conjunto, daí a proposta desta pesquisa em investigar em T&D de EA as relações entre esses dois campos nos relatos de pesquisa.

Panorama Descritivo-Analítico das T&D

Apresentamos como resultados da pesquisa em andamento um panorama descritivo-analítico das T&D que problematizam a relação entre EA e ECN. Destacamos os dados institucionais das pesquisas, distribuição geográfica e temporal, contexto educacional e áreas de conhecimento.

Após um processo criterioso de busca e seleção, o *corpus* documental foi delimitado em trinta trabalhos, sendo vinte e oito dissertações e duas teses. Evidenciamos, primeiramente, a distribuição temporal dessas produções, que se concentram a partir dos anos 2000, com destaque, em maior número de trabalhos, para os anos de 2011 e 2017: 4 e 5 trabalhos, respectivamente.

Quanto à distribuição regional, identificamos um dado relevante e que apresenta tendência diferente da distribuição regional dos trabalhos em EA, em um âmbito geral, que historicamente concentram-se nas regiões Sul e Sudeste. No caso desta pesquisa, uma proporção maior de pesquisas problematizando o diálogo entre EA e ECN envolvendo comunidades que se relacionam com espécies animais e vegetais a serem conservadas, foi concluída em IES da Região Nordeste (12 trabalhos), seguido pelo Sudeste (9). Quanto aos estados, destacam-se a Paraíba, São Paulo e Minas Gerais, cada um com quatro produções.

Quanto às instituições de ensino superior, a maioria dos trabalhos foi concluída nas universidades públicas (83%), tanto federais quanto estaduais, com apenas 5 trabalhos desenvolvidos em instituições privadas (17%), o que reforça o papel das universidades públicas na produção acadêmica da área.

A análise também apontou que os Programas de Pós-Graduação responsáveis pelas pesquisas, que tratam do recorte temático desta investigação, estão majoritariamente vinculados à grande área das Ciências Biológicas e Multidisciplinar, ainda que sejam observadas contribuições de programas das áreas de Educação e Antropologia. No que se refere ao contexto educacional, verificou-se que a maior parte dos trabalhos (80%) esteve voltada ao contexto Não Escolar, o que pode ser um reflexo da temática para a qual temos nos voltado. Apenas 10% dos trabalhos analisados têm como foco o contexto Escolar.

Os resultados desta investigação em andamento, que, por ora sistematizamos e apresentamos neste trabalho, serão retomados em uma etapa seguinte da pesquisa, que se apoiará na Análise Temática de Braun e Clarke (2006) e na perspectiva dialógica de Mikhail Bakhtin. Pretendemos, com as futuras análises, dar continuidade ao trabalho a fim compreender significados e

VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

sentidos colocados em circulação pelas produções acadêmicas, especialmente no que se refere à formação de sujeitos políticos a partir das interações entre EA e ECN.

Referências

- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999: dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e, dá outras providências.** 1999.
- CARVALHO, L. M.; MEGID NETO, J. Aportes metodológicos do projeto EArte e procedimentos de pesquisa. In: CARVALHO, L. M.; MEGID NETO, J. **Estado da arte da pesquisa em educação ambiental no Brasil (1981-2020: meta-análises e narrativas de um campo complexo e plural.** Campinas: FE/UNICAMP, 2024. p. 62 – 118.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & sociedade**, v. 23, p. 257-272, 2002.
- FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. **TEXTOS DE HISTÓRIA: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB.**, v. 17, n. 1, p. 59-84, 2009.
- FRANCO, J. L. A.; SCHITTINI, G. M.; BRAZ, V. S. História da Conservação da Natureza e das áreas protegidas: panorama geral. **Historiae**, v. 6, n. 2, p. 233-270, 2015.
- GUERRA, A. T. **Recursos naturais do Brasil:(conservacionismo)**. Fundação IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia, 1969.
- LIMA, G. F. C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, v. 35, p. 145-163, 2009.
- MAIA, J. C.; FRANCO, J. L. A.. O homem, a mata e o beija-flor: Augusto Ruschi e a Conservação da Natureza no Brasil. Santa Teresa: INMA, Comunicação Impressa, 2021.
- McCORMICK, J. Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista. Tradução de Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- PÁDUA, J. A. Natureza e projeto nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920). In: OFFE, C.; SVIRSKY, E.; CAPOBIANCO, J. **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro.** São Paulo: Instituto Socioambiental/Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, p. 13-18, 1997.
- PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista**, 1786-1888. Zahar, 2004.

Agradecimento

Agradecemos a FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Processo nº APQ-00914-23) pelo apoio financeiro ao projeto de pesquisa “A produção acadêmica em Educação Ambiental no Brasil: o estado da arte de teses e dissertações produzidas entre 1981 e 2023”. Vigência de 30/08/2023 a 29/08/2026.